



Práticas educacionais em Produção Editorial na perspectiva dos Recursos Educacionais Abertos (REA): estratégias para a formação de neoleitores e neoescritores¹

Alex CABISTANI²

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS

RESUMO

Através da análise de uma política pública governamental (o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL) e de um projeto educacional do curso de graduação em Produção Editorial realizado em uma escola de Santa Maria, Rio Grande do Sul (o livro infantil “Até Onde Vai a Imaginação?”), o texto discute possibilidades de apropriação, por educandos da rede de ensino básico, de Recursos Educacionais Abertos (REA) como ferramentas em um projeto de estímulo à leitura e à criação literária utilizando tecnologias educacionais em rede.

PALAVRAS-CHAVE: Educomunicação; Produção Editorial; Recursos Educacionais Abertos; Políticas Públicas Educacionais.

Introdução

Há algumas décadas o tradicional suporte textual escrito vem convivendo, no ambiente escolar, com uma série de recursos audiovisuais potencializados pelos meios de comunicação. Isso possibilitou ao professor trabalhar, em sala de aula, com múltiplas linguagens: jornalística, publicitária, cinematográfica, radiofônica, teatral, televisiva, com o cartum, com a charge, a história em quadrinhos, a fotografia, a música popular, entre outras.

Na contemporaneidade, os usos e apropriações da internet pelas crianças e adolescentes vêm trazendo também outras possibilidades e desafios aos docentes. O acesso à rede mundial de computadores pelos educandos, antes circunscrito principalmente aos momentos planejados na sala de informática, extrapolou qualquer tentativa disciplinar de cerceamento na sociedade do controle. A escola ainda debate sobre como construir com sua comunidade essa nova “netiqueta” de convívio social necessária, com o propósito de canalizar tanta energia juvenil para fins ditos socialmente mais nobres e produtivos.

¹ Trabalho apresentado no DT 06 – Interfaces Comunicacionais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Jornalista, especialista em Comunicação Midiática (UFSM), mestrando do Programa de Pós-graduação em Tecnologias Educacionais em Rede (PPGTER/UFSM), sob orientação da Prof^ª. Dra. Rosane Rosa. Email: alex@ufsm.br.



Mais recentemente, pôde-se observar o cotidiano de boa parte da juventude escolar sendo invadido por apetrechos eletrônicos móveis que permitem acesso à rede mundial de computadores em qualquer momento e lugar. Jogos, redes sociais, compartilhamento de fotos, textos, vídeos e música nos *tablets*, *pod*s, *pad*s, *smartphones* passaram a competir com o motivador, arejado e atraente conteúdo curricular engavetado em disciplinas estanques.

Uma potencialidade a ser notada nessa geração dita “nativa digital” é sua postura não só meramente consumidora, mas produtora de textualidades, dominando, por incursões autodidatas, habilidades nos mais diversos suportes e meios verbivocovisuais. Criam *blogs*, *fotologs*, *videologs*, *podcasts*, perfis em redes sociais, chegam mesmo a programar *games* e aplicativos. Canclini, em 2005, já assinalava:

Os jovens atuais são a primeira geração que cresceu com a televisão em cores e o vídeo, o controle remoto, o *zapping* e – uma minoria – com o computador pessoal e a internet. Entre as décadas de 1970 e 1980, a pergunta era o que significava ser a primeira geração na qual a televisão era um componente habitual da vida familiar. Agora se trata de entender como a espetacularização permanente à distância nos modifica, ou, dito de outro modo: esta estranha combinação de midiatização e interconectividade. A midiatização afasta, esfria, e, ao mesmo tempo, a interconectividade proporciona sensações de proximidade e simultaneidade.

(CANCLINI, 2005, p. 216)

Em meio a esses paradoxos da sociedade cibermidiatizada, parte da juventude exerce seu poder de cidadania através do consumo dos *gadgets* eletrônicos e da criação de artefatos culturais, remixando conteúdos, criticando, parafraçando, parodiando, contestando, espetacularizando-se, “curtindo e compartilhando”. Imagina-se que uma fração positiva dessa potência criadora cidadã-consumidora um dia venha a inspirar os currículos escolares, mais por suas capacidades mobilizadoras e críticas que pela sua *performance* esgotada em si mesma.

As habilidades de ler, interpretar e produzir textos escritos são importantes para um domínio pleno das estéticas e gramáticas audiovisuais, informáticas e eletrônicas. É nesse território de encontro entre o ler/escrever e as tecnologias educacionais em rede que se situa o presente texto. Ao entrarmos em contato com as temáticas da Educomunicação, dos Recursos Educacionais Abertos (REA) e das políticas públicas educacionais brasileiras nas aulas do mestrado, propusemo-nos a tecer apontamentos sobre essas interfaces de saber-poder.



Dessa maneira, ao enfocarmos um projeto educacional de produção editorial e uma política pública governamental de apoio ao livro e à leitura, pretendemos discutir possibilidades de apropriação, por educandos da rede de ensino básico, dos REA como ferramentas em um projeto de estímulo à leitura, à criação literária e à produção editorial utilizando tecnologias educacionais em rede.

1. Um Projeto, um processo

O livro infantil “Até Onde Vai a Imaginação?” foi um trabalho desenvolvido por alunos do Curso de Produção Editorial da UFSM na disciplina de Redação para Produtores Editoriais, ministrada pela professora Marília Barcellos. A concepção do produto ocorreu em parceria com o Programa de Extensão Educação e Cidadania Comunicativa, coordenado pela professora Rosane Rosa.

O livro contém ilustrações de crianças do quinto ano do ensino fundamental da Escola Estadual Augusto Ruschi, localizada em região periférica no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul³. Estimulados à livre expressão, os educandos deram vazão à sua capacidade de imaginação e criatividade, produzindo uma obra na qual a questão da autoria infantil, de criança para criança, é central (SILVA; SCREMIN; BARCELLOS; ROSA, 2013).

Aos bolsistas universitários coube a montagem da estrutura do livro, o tratamento das imagens, a revisão, a diagramação, a supervisão do trabalho da gráfica e, mais importante, o estímulo à capacidade criadora dos neoescritores:

Maura da Costa, Raquel Scremin e Flávio Teixeira foram os mediadores e organizadores do livro. Os estudantes provocaram a imaginação das crianças, por meio de desenhos, através da pergunta “O que você gostaria de ver a partir da janela do seu quarto?”. O resultado foram desenhos que trouxeram como tema a natureza e o cuidado que se deve ter com ela, acompanhados de frases como: “Este é o laboratório do Doutor Maluco, onde toda a natureza foi criada por ele”, “Mais bonita que a natureza é a menina cuidando das Flores”.

A professora Rosane destaca nos desenhos as cores coloridas e vibrantes e a presença de elementos como o sol, onde se encontra implícita a alegria. Rosane enfatiza a importância disto: “São crianças de escola pública, moram em periferia, muitas dessas crianças abrem a janela e veem um lixão, ou veem um cenário que está longe do que eles desejariam [...]. Esses elementos são os que eles sentiram a necessidade e gostariam de ter próximos. A natureza, a alegria, o colorido, o ser humano, eles próprios inseridos nesse cenário”, relata. (VARASCHINI, 2013)

³ A Escola apresentou notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 4,6 em 2009 e 5,1 em 2011.



Financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, posteriormente, pelo Ministério da Educação (MEC), o livreto, de 23 páginas, foi editado profissionalmente e apresentado no XIV Intercom Sul (Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul), conquistando o prêmio na categoria Produção Transdisciplinar, modalidade Edição de Livro Avulso. O livro também teve sessões de lançamento no Publicom (Encontro com Autores–Editores), no Café Intercom e no Intercom Nacional.

Primeiro livro da Coleção Ciranda Cultural, “Até Onde Vai a Imaginação?” apresenta-se como um processo/produto no qual o protagonismo infantil é peça-chave para desencadear a proposta de uma autoria que é coletiva, ao mesmo tempo em que respeita subjetividades.

Pode-se notar que o projeto educacional, embora tenha no livro a sua concretização, não gira em torno do suporte midiático e sua técnica, mas prioriza a convivência entre os atores sociais:

A educacional, como uma maneira própria de relacionamento, faz sua opção pela construção de modalidades abertas e criativas de relacionamento, contribuindo, dessa maneira, para que as normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo como metodologia de ensino, aprendizagem e convivência.

A partir dessa perspectiva, entende-se que a relação dialógica não é dada pela tecnologia adotada, mais ou menos amigável, mas essencialmente pela opção por um tipo de convívio humano. Trata-se de uma decisão ético-político-pedagógica, que necessita, naturalmente, ser circundada pela definição de tecnologias de auxílio (SOARES, 2011, p.45)

O envolvimento da comunidade escolar e familiar pode ser verificado no vídeo⁴ produzido pelos integrantes do projeto e na página do Facebook⁵ dedicada ao livro. A perspectiva educacional não trabalha com projetos isolados, mas leva em conta as “teias de relações” das pessoas que convivem nos espaços onde os conjuntos de ações são implantados.

É no desenvolvimento desses *ecossistemas colaborativos* que o educacional opera, promovendo ações: inclusivas (em que nenhum membro da comunidade sinta-se fora do processo); democráticas (reconhecendo fundamentalmente a igualdade radical

⁴ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=qF2N640hjVk>

⁵ Acessível em: <https://pt-br.facebook.com/AteOndeVaiAImaginacao>



entre os envolvidos); midiáticas (valorizando as mediações possibilitadas pelos recursos da informação e da comunicação); e criativas (sintonizadas com as formas de manifestação das culturas locais) (SOARES, 2011, p.37).

A opção do projeto pela valorização do suporte livro, através da produção gráfica e textual infantis, reflete a preocupação de desenvolver o gosto das novas gerações pela leitura e escrita. “De um assunto da elite cultural (o livro) ou uma responsabilidade da escola (a habilidade leitora), vamos mudando para uma visão mais profunda. Sem leitura não há cidadania, não é possível consolidar o capital social, dialogar com outras experiências no espaço global”. (GONZÁLEZ, 2006, p.7)

O esmaecimento da hierarquia de saberes, poderes e fazeres entre os sujeitos envolvidos no processo fica evidente também no depoimento dos jovens universitários que atuaram como mediadores na oficina de criação e na produção do livro:

A descoberta de diversos ângulos novos de aprendizagem beneficiando tanto a UFSM quanto a Escola Augusto Ruschi foi marcante para o desenvolvimento desse projeto. Para os universitários, a troca de papéis – que antes acostumados a serem leitores, mesmo que mais críticos – ao receberem a função de editar um livro têm uma nova concepção da profissão e há a modificação e adequação do pensamento de leitores transformados em organizadores e editores. Ao assumir o comprometimento da execução da proposta após manter um elo com o projeto Com & Para Mídia se tornou ainda mais intenso, sendo assim, desempenhando uma prematura ética profissional. (SILVA; SCREMIN; BARCELLOS; ROSA: 2013, p.4)

Uma pedagogia própria, dialógica e construtivista, se faz necessária nessa modalidade de intervenção, a fim de prover formação teórica e prática para que as novas gerações de universitários e educandos do ensino básico tenham condições não apenas de “ler criticamente o mundo dos meios de comunicação, mas, também, de promover as próprias formas de expressão a partir da tradição latino-americana, construindo espaços de cidadania pelo uso comunitário e participativo dos recursos da comunicação e da informação” (SOARES, 2011, p.37).

Os neoescritores do projeto puderam, desse modo, lançar mão de sua “leitura do mundo” e de seu “conhecimento de mundo” para expressar suas preocupações socioambientais:



A “leitura do mundo” exige o domínio de habilidades e de estratégias de processamento de informações que abrangem a linguagem matemática, científica, textos com diagramas, gráficos, tabelas, charges, enfim, os vários tipos de códigos sociais complexos que cada vez mais são incorporados e manifestados na linguagem.

Tal leitura mais elaborada pressupõe a mobilização de vários mecanismos psicolinguísticos. O “conhecimento de mundo” é outro aspecto da leitura compreensiva e corresponde à bagagem trazida pelo leitor para construir um sentido para o texto lido. Esta bagagem articula conhecimento pessoal, interpessoal e social, construído em diversos momentos da vida, e, sobretudo, em situação escolar. (CASTRO, 2006, 58)

O planejamento e a execução de programas e projetos de incentivo ao livro, à leitura e à produção literária ganham forma e fôlego se devidamente respaldados por políticas educacionais de governo, como será exposto a seguir.

2. Um Plano, uma política

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) foi instituído em 2006, numa iniciativa articulada entre Ministério da Cultura e Ministério da Educação. Trata-se de um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos que visam promover o livro, a leitura e a multiplicação de bibliotecas no país. Tais ações são empreendidas pela sociedade e pelo Estado, em âmbito federal, estadual e municipal (BRASIL, s/d).

De seu conselho diretivo fazem parte representantes governamentais, de universidades, de empresas privadas e de associações da sociedade que atuam nas políticas públicas do livro e leitura (BRASIL, 2006). O PNLL foi lançado após uma série de consultas públicas e debates em todo o Brasil, junto a cerca de 40 mil lideranças e atores sociais.

Em sua primeira fase, o Plano compilou, sistematizou e divulgou ações em prol do livro e da leitura realizadas no país através de seu Mapa de Ações. Com esse mapeamento, foram criadas as condições para o intercâmbio de experiências e colaborações entre projetos similares, potencializando recursos públicos e privados. Tais ações objetivam centrar forças em determinadas áreas, direcionando investimentos que sejam fundamentais para o desenvolvimento da leitura e para a conquista de novos leitores.

As 19 linhas de ação do PNLL estão organizadas em quatro eixos estratégicos: democratização do acesso; promoção de atividades de reconhecimento de ações de



incentivo e fomento à leitura; valorização institucional da leitura e de seu valor simbólico; e fomento à cadeia criativa e à cadeia produtiva do livro (BRASIL, 2011). As linhas de ação do Plano, conforme ressaltado, focalizam principalmente o estímulo à leitura, a difusão de bibliotecas e a circulação de livros, sobretudo entre *neoleitores*.

Para além da formação de neoleitores, o estímulo a *neoescritores* poderia também ser objetivo de política nacional, embora não esteja explícito no Plano Nacional do Livro e Leitura. Projetos de oficinas de neoescritores poderiam florescer em algumas das 19 linhas de ação do PNLL como, por exemplo:

- linha de ação 3 - *criação de novos espaços de leitura*, uma vez que é difícil conceber uma oficina criativa que não se converta também em um território de estímulo ao ato de ler;

- linha de ação 4 - *distribuição de livros gratuitos que contemplem as especificidades dos neoleitores jovens e adultos, em diversos formatos acessíveis*. O orçamento da oficina e do projeto editorial pode considerar a publicação e distribuição de uma tiragem mínima do livro, a ser difundido nas comunidades escolares, em bibliotecas públicas e disponibilizado em formatos gratuitos digitais;

- linha de ação 6 - *disponibilização e uso de tecnologias de informação e comunicação, contemplando os requisitos de acessibilidade*, o que é uma preocupação relevante em projetos focados nas questões de diferença, desigualdade, diversidade e multiculturalidade;

- linha de ação 10 - *estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura*, estratégia que contribui para a consolidação de uma epistemologia do campo educacional no país, articulando universidade, projetos sociais, centros de pesquisa e escola no âmbito da produção editorial e da formação de neoescritores;

- linha de ação 14 - *ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura*; a visibilidade dada ao projeto, por meio de seu produto editorial físico e cibervirtual, ao circular nas redes de sociabilidade colabora com o debate público sobre a importância do livro e do estímulo ao jovem para que desenvolva o hábito da escrita e da leitura;

- linha de ação 18 - *fomento às ações de produção, distribuição e circulação de livros e outros materiais de leitura, contemplando as especificidades dos neoleitores jovens e adultos e os diversos formatos acessíveis*; estimular a inserção de neoescritores na cadeia criativa e na cadeia produtiva do livro contribui para a formação de



multiplicadores e incentivadores do hábito da leitura, na sala de aula, na comunidade escolar e em seu entorno.

- linha de ação 19 - *maior presença da produção nacional literária, científica e cultural no exterior*; a perspectiva das tecnologias educacionais em rede permite o diálogo e o intercâmbio do projeto com comunidades escolares lusófonas internacionais, por exemplo.

Políticas interministeriais como o PNLL, se devidamente implantadas em sua extensão, são cruciais em realidades socioeconômicas emergentes como a brasileira, na qual certo imaginário coletivo a respeito do livro e da leitura persiste quase como consenso.

A edição 2011 da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, realizada com mais de 5 mil brasileiros de todos os estados, revelou que, no universo simbólico dos pesquisados, o ato de ler está associado a *fonte de conhecimento* (para a vida, para a atualização profissional ou para a escola/faculdade), muito mais do que a uma atividade *interessante ou prazerosa*. (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012)

A pesquisa cruza outros dados interessantes. Embora 88% dos entrevistados concordem total ou parcialmente que “ler bastante pode fazer uma pessoa vencer na vida e melhorar a sua situação socioeconômica”, 55% não sabem ou não conhecem ninguém que “venceu na vida por ter lido bastante”.

Revistas, jornais e livros indicados pela escola (entre didáticos e literários) ainda são materiais mais lidos que os “livros propriamente ditos” (para o prazer pessoal), mas histórias em quadrinhos, audiolivros, livros digitais e textos na internet também são significativamente citados pelos pesquisados.

50% dos classificados como leitores e 73% dos classificados como não leitores afirmaram que quase nunca ou nunca veem/viam a mãe lendo. 63% dos classificados como leitores e 77% dos classificados como não leitores afirmaram que quase nunca ou nunca veem/viam o pai lendo. Das dificuldades que os entrevistados possuem ao ler, são citadas a leitura vagarosa, a falta de paciência, de boa visão, de concentração ou compreensão, mas 43% relatam nenhuma dificuldade.

A este mosaico de informações levantadas pela pesquisa, poder-se-ia acrescentar a estereotipia reinante sobre o jovem estudante contemporâneo: disperso, impaciente, hedonista, indolente, alienado, despolitizado, individualista, refém dos múltiplos apelos



mediáticos, descomprometido com seu futuro,... O quadro da indigência da leitura e da produção textual no Brasil então estaria completo.

Este lugar-comum de dificuldades e deficiências crônicas acaba refletindo na produção textual de educandos no ensino médio, no terceiro grau e na vida profissional. A ideia de que a fruição literária é tediosa ou perda de tempo e que a leitura obrigatória deve ser instrumentalizada com a finalidade de “ganhar boas notas, passar no vestibular ou vencer na vida” perpetua-se tanto quanto os currículos e práticas escolares defasados e as baixas dotações orçamentárias para o setor educacional.

Cenários de crise, inércia e falta, entretanto, convocam à crítica, à indignação, à mobilização, à ação e à transformação social. Se o ambiente escolar há muito já não é mais apenas o lugar da mera leitura, interpretação, memorização e repetição dos textos escritos, cabe à escola tomar parte nos novos letramentos digitais de sua comunidade. É necessário envolver tanto docentes quanto educandos e família nesse *upgrade social* de viés crítico. Ao trabalhar de modo criativo com plataformas audiovisuais e hipermediáticas na forma de recursos educacionais abertos, a escola e, por extensão, a universidade, pode contribuir na formação de sujeitos mais aptos a enfrentar os desafios sócio-político-culturais da contemporaneidade. Para tal, políticas de suporte governamental como o PNL são de crucial importância.

Em médio e longo prazo, como se darão os usos e apropriações das tecnologias do conhecimento pelos nativos digitais, no que tange ao estímulo à leitura e à produção textual nas diversas linguagens e suportes? Um território balizado pelos softwares não comerciais e de código aberto, atravessado pelas práticas de criação coletiva e partilha, respeitando direitos de autoria, parece configurar-se de maneira a dar resposta a essas demandas, como será abordado a seguir.

3. Uma possibilidade: REA

Remixagem, rede, colaboração, cooperação, coautoria, adaptação, reúso, redistribuição são algumas palavras-chave que vêm à tona quando se pensa em um projeto de estímulo à leitura e à criação literária que utilize tecnologias da comunicação e da informação. Os Recursos Educacionais Abertos (REA), na definição adotada pela UNESCO,



são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa, em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. O uso de formatos técnicos abertos facilita o acesso e reuso potencial dos recursos publicados digitalmente. Recursos educacionais abertos podem incluir cursos completos, partes de cursos, módulos, livros didáticos, artigos de pesquisa, vídeos, testes, software, e qualquer outra ferramenta, material ou técnica que possa apoiar o acesso ao conhecimento. (SANTANA; ROSSINI; PRETTO, 2012, p.10)

Trata-se de optar por um modo de apropriação e construção de conhecimento que usa conteúdos licenciados por seus autores (por meio de atribuições como as da Creative Commons⁶), que indicam se determinada obra pode ser remixada, alterada, usada com fins comerciais ou não e as adaptações possam ser compartilhadas em rede, desde que a citação à fonte e ao autor original sejam preservadas.

Também o uso de software livre, código aberto e formatos abertos de arquivo⁷, outra característica dos REA, desonera e desvincula de patentes industriais os projetos, ao mesmo tempo em que facilita o remix. Em projetos de produção editorial e estímulo a neoescritores, o diferencial, em relação ao uso de softwares proprietários, é a maior liberdade de remixagem que os REA podem proporcionar, permitindo trabalhar com criação literária hipermidiática envolvendo som, música, fotografia, animação, artes plásticas, história em quadrinhos e até mesmo a palavra escrita.

De forma solidária, através de tarefas cooperativas e colaborativas, são incentivadas a autoria e coautoria dos educandos, podendo-se mobilizar também discussões éticas introdutórias sobre código aberto, software livre, apropriações criativas, direito autoral, plágio, Control C + Control V, paródia e paráfrase.

Num período da História do Conhecimento em que quase tudo pode ser transmutado em informação digital, torna-se relevante estimular práticas refletidas de criação, junto a estudantes do ensino básico público, sobre tais temáticas. A problematização dos formatos abertos e fechados transcende as questões econômicas, o *copyright* e as patentes, incidindo diretamente nos modos como nossos corpos e mentes fazem uso dos aparatos tecnológicos e a eles se amoldam.

Formatos são instrumentos de biopoder. Condicionam e, em algumas situações, determinam nossa comunicação e nossa memorização. Em uma sociedade informacional com o uso intenso de softwares, a formatação do conjunto de informações, bem como nossa memorização torna-se dependente de formatos digitais. Assim, corporações de tecnologia procuram obter ganhos econômicos também a partir do controle dos formatos. (SILVEIRA, 2012, p.114)

⁶ www.creativecommons.org.br

⁷ Por exemplo, as extensões .odt e .ods LibreOffice, .pdf, .swf e a linguagem de marcação HTML e suas variantes.



Propor uma oficina de criação literária usando recursos abertos em rede exige também um exercício de multiculturalidade por parte dos ministrantes e tutores, quando precisam despir-se de pré-noções culturais para entender as hibridizações que compõem o universo dos neoescritores. “Ainda que numerosa, não existe, segundo os estudos mais recentes, uma juventude única ou homogênea, mas, sim, uma juventude no plural, com suas diversas representações sociais e suas várias identidades” (SOARES, 2012, p.23).

Há uma implosão das certezas hierárquicas e fronteiras a respeito de “alta ou baixa” cultura, “boa ou má” cultura, ou cultura popular, tradicional, folclórica, massiva ou pós-midiática. Não se trata de perder o olhar crítico a respeito da indústria cultural e das estratégias hegemônicas de conquista de públicos consumidores, mas sim de desenvolver outras percepções sobre a hibridização dessas modalidades de viver a cultura, presentes na microfísica cotidiana dos educandos, que se tornam também produtores de conteúdo.

A opção pela Educomunicação e pelos Recursos Abertos não pode e não deve ser fortuita ou inocente. A educomunicação traz em seu cerne o diálogo social e o protagonismo juvenil. “Posiciona-se, de forma crítica, ante o individualismo, a manipulação e a competição. A cidadania vencendo a ditadura do mercado: é o que ela busca, transformando as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias em instrumentos de solidariedade e crescimento coletivo” (SOARES, 2012, p.95). Trata-se de uma posição política de intervenção social e de combate, tanto aos engessamentos identitários de seus atores sociais, quanto ao cerceamento de suas capacidades criadoras:

Assim como a arquitetura das cidades expressa as disputas sociais e econômicas pela apropriação e definição dos usos dos espaços, os formatos representam um padrão de uso da tecnologia, que pode ser expressão da monopolização de um dos seus segmentos por corporações, as quais, muitas vezes, passam a aprisionar os seus usuários. O vídeo gravado em um formato proprietário poderá ser aberto apenas pelos softwares de empresas ou comunidades de desenvolvedores que saibam como implementá-lo, seja por terem desenvolvido sua codificação, seja por terem realizado a engenharia reversa necessária a sua leitura e exposição. (SILVEIRA, 2012, p.114)

Dessa forma, alteridade, o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades fazem parte da práxis educacional. Construir momentos e espaços de exploração coletiva, de negociações simbólicas, de conflitos, de descobertas, são objetivos da



oficina literária integrante de nossa pesquisa, colocando em jogo posições sociocêntricas e tecnocêntricas:

A apropriação e o controle das potências do humano pela tecnociência e pelo capital global talvez signifiquem o fim de seu conflito com as potências da história, isto é, o apagamento da diferença entre o tempo do sujeito e o tempo da história. No entanto, e paradoxalmente, o fim desse embate não conduziria a uma libertação; muito ao contrário, parece que a maior tragédia seria a supressão da tragédia, a eliminação do teatro de guerra potencial, que tiraria dos homens a possibilidade de lutar pela afirmação do humano e prepararia a destruição da espécie humana. (SANTOS, 2003, p.260).

Que o vaticínio provocador de Laymert dos Santos não se cumpra, para bem das futuras gerações.

Considerações Finais

O projeto educacional de oficina de leitura e criação, pensado a partir da experiência do livro “Até Onde Vai a Imaginação?”, pretende trabalhar na fissura existente entre a vivência tecnológica dos educandos e a defasagem que a escola geralmente apresenta ao problematizar sua inadequação à novidade.

Os preconceitos e confrontos entre, de um lado, o mundo da comunicação/suas tecnologias e, de outro, o universo da educação/suas didáticas permaneceram tão arraigados, por tanto tempo, que a sociedade não se deu conta da necessidade de formar os educadores para dominar as linguagens produzidas socialmente na construção da cultura contemporânea. Hoje, faz pouco sentido suprir a carência dos docentes com uma formação ligeira – “oficineira” – sobre como operar equipamentos. Na verdade, o universo da comunicação representa, na contemporaneidade, um mundo de cultura que jamais poderia ser reduzido a um conjunto de ferramentas. (SOARES, 2012, 18)

Ao fomentar criações participantes, solidárias, libertadoras e democráticas, além de apropriações críticas que questionem modelos midiáticos e informáticos opressores, buscam-se possibilidades didático-pedagógicas de incentivo à leitura e à criatividade linguística, promotoras de leituras e escritas ampliadas do mundo.

Faz-se premente a interlocução cidadã e qualificada entre a educação básica e o ensino superior no país. A área da Produção Editorial tem a colaborar com este diálogo, num momento em que governos tornam evidentes, em suas políticas, projetos e programas, a necessidade de novas práticas e de materiais didáticos e paradidáticos que levem em conta as tensões, carências e atravessamentos tecnológicos de nossas realidades.



Exemplo disso é o “Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras para o Programa Nacional do Livro Didático 2015”⁸. O documento prevê a inscrição e avaliação de obras didáticas destinadas a educandos e educadores da rede pública de ensino médio. As obras deverão ser apresentadas já em formato multimídia (livro impresso com versão digital) ou em formato impresso, porém com versão em arquivo PDF.

Nas diversas modalidades, será desqualificada a mera transposição de conteúdo impresso para digital, priorizando-se projetos inovadores que incentivem interação, interatividade e integração a objetos educacionais (vídeos, imagens, áudios, textos, gráficos, tabelas, tutoriais, aplicativos, mapas, jogos, animações, infográficos, páginas web etc.), levando-se em conta também configurações de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Verifica-se, no âmbito da Produção Editorial, o desafio a ser enfrentado pelo profissional da área. Além de contemplar os requisitos tecnológicos mínimos para que essas novas obras sejam executáveis em aparelhos, sistemas operacionais, navegadores ou programas tão diversos, o proponente não poderá encarecer seu produto com patentes e direitos autorais de terceiros. O uso do software livre, do código aberto e dos Recursos Educacionais Abertos parece uma solução plausível para a maioria desses obstáculos.

Desejável é também que estes novos materiais didáticos digitais não sejam o mero transplante de defasados métodos de ensino, revestidos de inovação tecnológica. O caminho para o produtor editorial talvez seja o de abandonar a visão tradicional de que os alunos e professores serão simplesmente o público consumidor de sua obra final ou, ainda, seu alvo ou nicho. Será preciso ouvir o que querem e do que precisam.

Na perspectiva educacional, cabe ao produtor, ao enveredar pelo caminho das obras didáticas e paradidáticas, tomar educandos e educadores como seus parceiros na hora de elaborar esses novos materiais. Serão coautores em um *processo* de incompletude, e não apenas público final para um *produto* fechado em si. Sob a inspiração dos REA, serão instados a buscarem, remixarem, revisarem, reciclarem, reusarem, reorganizarem, redistribuírem conhecimento num jogo prazeroso de exercício da autonomia, da autoria e do protagonismo.

⁸ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12344&Itemid



Optar pelo lúdico em sala de aula não significa optar pelo prazer sem desafios. Ao contrário, a *overdose* diária de apelos informacionais e multimidiáticos exige da Escola uma apropriação crítica e criativa desse estado de coisas para que, ao lado de seu educando, possa construir ferramentas de análise que deem a esse jovem meios de compreender o que se passa ao seu redor, estimulando-o a fim de que se posicione enquanto cidadão ativo. Desse ecossistema colaborativo o produtor editorial de obras didáticas precisa fazer parte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. **Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm . [Acesso em: 15/12/13]

BRASIL. **Plano Nacional do Livro e Leitura.** Disponível em: <http://www.pnll.gov.br>. [Acesso em 14/12/13]

BRASIL. Portaria Interministerial N. 1442, de 10 de agosto de 2006. **Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura.** Disponível em: http://www.cerlalc.org/redplanes/secciones/Planes/Brasil/2_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_1442_DE_10_DE_AGOSTO_DE_2006_1155839932.pdf. [Acesso em: 15/12/13]

CANCLINI, Néstor G. **Diferentes, Desiguais e Desconectados:** mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005. 284 p.

CASTRO, Maria Helena G. Pela formação de leitores. In: AMORIM, Galeno (org.). **Políticas públicas do livro e leitura.** Col. Cadernos de ibero-américa. São Paulo: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a educação, a ciência e a cultura/ Ed. Cultura Acadêmica, 2006.

ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA AUGUSTO RUSCHI. **Até onde vai a imaginação?** Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=qF2N640hjVk>. [acesso em 14/12/13]

GONZÁLEZ, Daniel. Prefácio. In: AMORIM, Galeno (org.). **Políticas públicas do livro e leitura.** Col. Cadernos de ibero-américa. São Paulo: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a educação, a ciência e a cultura/ Ed. Cultura Acadêmica, 2006.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil.** Brasília: UNESCO, 2012. Disponível em: http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf [acesso em: 13/12/2013]



SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; PRETTO, Nelson (orgs.). **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas políticas públicas. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012. 246 p.

SANTOS, Laymert Garcia. **Polítizar as novas tecnologias**: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003. 320 p.

SILVA, Maura da Costa; SCREMIN, Raquel; BARCELLOS, Marília de Araújo; ROSA, Rosane. Até Onde Vai A Imaginação?: Literatura Infantil e a Práxis Educomunicacional. In: **Anais da IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã**: Marcos regulatórios da Comunicação na América Latina. Curitiba: UFPR, 6 a 8 de agosto de 2013.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Formatos Abertos. In: SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; PRETTO, Nelson (orgs.). **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012. 246 p.

SOARES, Ismar de O. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2012. 104p.

VARASCHINI, Franciele. **Livro infantil feito por crianças ganha prêmio em congresso de comunicação**. Disponível em: <http://200.18.45.28/sites/mobile/noticias.php?noticia=8160>. [Acesso em: 18/12/2013].